

RELATO DA VISITA AO GRUPO MAMUTE BURGER

20/02/2024.

Reunião com a Administração da Empresa:

Durante a visita à empresa, foi realizada uma reunião com o sócio da empresa, Sr. Anderson Araújo, e seu advogado, Dr. Lucas Henrique, a fim de estabelecer um contato inicial e discutir as perspectivas da recuperação judicial. Essa reunião teve como propósito principal esclarecer os procedimentos a serem adotados e definir o fluxo de informações e documentos necessários para a condução do processo.

Atividades e Situação da Empresa:

Durante a reunião, foi possível constatar que a empresa continua em pleno funcionamento em uma das suas unidades, M.B FOODS LTDA, CNPJ nº 36.448.319/0001-21, com um espaço amplo, bem conceituado, com oferta de serviços variados como parquinhos e quadras de beach tênis. Ademais, há ainda a perspectiva de iniciar uma nova unidade, que se encontram em fase de negociação, dando indícios de viabilidade do soerguimento da empresa.

Passivo Trabalhista e Fiscal

Conforme relatório recebido após a visita (DOC 02), constatou-se a existência de um passivo trabalhista considerado baixo, totalizando 9 processos em andamento, com um passivo total de **R\$ 169.475,18 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos)**. Esse valor, frente ao passivo total da empresa informado no processo, R\$ 7.853.505,20 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinco reais e vinte centavos), representa aproximadamente 2% do débito total.

É relevante ressaltar que o reduzido valor do passivo trabalhista representa um fator positivo no contexto da recuperação judicial, alinhado com os princípios estabelecidos pela Lei de Recuperação e Falência. Tal cenário não apenas reflete o pleno funcionamento da empresa, mas também sugere a viabilidade de sua reabilitação financeira, em consonância com sua função social.

Importante destacar que a principal classe de credor da empresa se concentra no passivo fiscal, o que é um bom sinal, visto que as instituições financeiras são normalmente os principais credores nos processos de recuperação judicial e tendem a ter uma negociação mais dificultosa, mas não é o caso do Grupo Mamute. Além disso, para o passivo fiscal, existem diversas ferramentas e instrumentos de negociação disponíveis atualmente, o que pode facilitar o processo de recuperação.

Essa constatação ressalta a importância de se preservar os postos de trabalho atuais, contribuindo para a manutenção das atividades empresariais e a consequente possibilidade de recuperação de sua saúde financeira, em benefício de todos os envolvidos no processo de recuperação judicial.

Este administrador judicial considera esses aspectos como elementos positivos que podem contribuir significativamente para o sucesso do processo de recuperação judicial do Grupo Mamute Burger LTDA.

Plano de Recuperação Judicial e Requisitos Legais:

Foi reforçado à recuperanda sobre a necessidade de elaboração e apresentação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da decisão de deferimento da Recuperação Judicial.

Além disso, foram destacados os requisitos legais estabelecidos pela Lei de Recuperação e Falência, em especial o disposto no artigo 53¹, que dispõe sobre o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e exige a elaboração de um laudo econômico-financeiro e a avaliação dos bens e ativos do devedor por um profissional habilitado. É fundamental também a demonstração da viabilidade econômica do plano e a descrição detalhada dos meios de recuperação a serem empregados.

Essas informações foram compartilhadas com a empresa com o intuito de garantir que a elaboração do Plano de Recuperação Judicial atenda a todos os requisitos legais estabelecidos, visando uma recuperação eficaz e transparente.

Objetivo da Recuperação:

Em conclusão, com base em seu faturamento atual, a empresa tem como um de seus principais objetivos obter melhores condições junto aos seus fornecedores, credores trabalhistas e aderir a programas de transação/parcelamento tributário, visando tornar viável sua recuperação, mediante a dilação de prazos e a adequação das parcelas em consonância com sua nova realidade de receita.

Concluída a visita, não foram identificados quaisquer sinais de abandono ou descaso com a estrutura física da empresa. Pelo contrário, observou-se que a Mamute Burger, em sua unidade principal, está plenamente ativa e operante, apesar dos desafios enfrentados, buscando novos clientes, estando inclusive em fase de negociação/implantação de uma nova unidade, que representaria um custo muito baixo

¹ Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter:

I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;

II – demonstração de sua viabilidade econômica; e

III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

de investimento visto que irá aproveitar equipamentos e mobiliários das 2 unidades que foram encerradas.

Registros fotográficos da visita:

Sede atual da empresa



Unidade que não está mais em funcionamento



Por todo o exposto e diante da visita realizada, fica evidente que a recuperanda está em funcionamento e que há um esforço da administração para manter suas operações e buscar a reestruturação financeira.

O Administrador Judicial reitera seu compromisso em conduzir suas funções com a devida diligência e responsabilidade, em estrita conformidade com a lei, visando a melhor solução para todas as partes envolvidas no processo de Recuperação Judicial.

Permanece à disposição deste Juízo, dos credores e demais interessados para prestar esclarecimentos adicionais e adotar as medidas necessárias para o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Respeitosamente,

Recife, 26 de fevereiro de 2024

FERNANDO VICTOR BEZERRA DE MENDONÇA

OAB/PE 39.719